

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.358 - PR (2019/0044665-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : SAMUEL TRINDADE SCHIMIDT (PRESO)
ADVOGADO : JOÃO DANIEL CHEMIN - PR083953
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por SAMUEL TRINDADE SCHIMIDT contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do HC n. 0051784-68.2018.8.16.0000.

Infere-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, (tráfico).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça sustentando coação ilegal ao paciente diante da ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, da primariedade e suficiência das medidas cautelares diversas do art. 319 do CPP. O TJ/PR denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS CRIME ¹
0051784-68.2018.8.16.0000, DA COMARCA DE GUARAPUAVA - 3"
VARA CRIMINAL. IMPETRANTE: JOAO DANIEL CHEMIN
(ADVOGADO) PACIENTE: SAMUEL TRINDADE SCHIMIDT
RELATOR: DES FERNANDO WOLFF BODZIAK

HABEAS CORPUS CRIME. TRAFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO COM FUNDAMENTAÇÃO, EM CONCRETO, PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. ART. 319 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

O recorrente pleiteia, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva decretada em seu desfavor, com ou sem fixação de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se alvará de soltura. Sustenta ser primário e de condições pessoais favoráveis. Ressalta que não há provas palpáveis da autoria no processo criminal.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

